

PORTES & TRANIN LTDA. - EPP

CNPJ: 17.273.742/0001-93

A/C PRES. DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE DIVINO/MG
SR. MARCUS VINICIUS GUEDES VALENTE

AO EXMO. PREFEITO MUNICIPAL DE DIVINO/MG
SR. MAURI VENTURA DO CARMO

Exmo. Sr. Prefeito

A empresa PORTES & TRANIN LTDA - EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 17.273.742/0001-93, com sede administrativa à Rua Coronel Fulgino, no nº 18, no Bairro Triângulo, na cidade de Carangola/MG, CEP: 36.800-000, vem por meio desta, respeitosamente, através de seu sócio proprietário ao final assinado, Sr. Lucas Portes Barbosa, portador da cédula de identidade RG nº MG-8.304.364 e inscrito no CPF sob o nº 063.455.516-27, **IMPUGNAR OS RECURSOS** interpostos pelas licitantes: **EVOLUÇÃO SERVIÇOS E SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 27.740.311/0001-43, e **ECOMIG GESTÃO DE RESÍDUOS LTDA**, inscrita no CNPJ nº 44.618.485/0001-57, em face da habilitação da empresa **PORTES & TRANIN LTDA** no Processo Licitatório nº 082/2022, Tomada de Preços nº 005/2022, cujo objeto é a contratação de serviço de limpeza pública urbana no Município de Divino, conforme especificações e quantitativos constantes do Projeto Básico (Anexo I) e demais anexos.

Inicialmente,

I – DO DIREITO À IMPUGNAÇÃO DOS RECURSOS:

Consoante disposto no § 3º do art. 109 da Lei Federal nº 8.666/93, tem-se que aos demais licitantes podem impugnar os recursos apresentados no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

II – DA TEMPESTIVIDADE:

A julgar da data de intimação e o acesso as peças recursais ter ocorrido no dia 10/10/2022, mostra-se, pois, tempestiva a presente peça de impugnação, visto que, de acordo com o § 3º do art. 109 da Lei Federal nº 8.666/93, os licitantes podem impugnar os recursos apresentados no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

Para que não parem dúvidas, é o que assim prevê o art. 110, da Lei Federal 8.666/93.

III- DAS ALEGAÇÕES APRESENTADAS:

III. 1 - EVOLUÇÃO SERVIÇOS E SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA:

PORTES & TRANIN LTDA. - EPP

CNPJ: 17.273.742/0001-93

Em suma, alega a licitante de ter a empresa PORTES & TRANIN insurgido em erros insanáveis que, diante da impossibilidade de juntada posterior de documento, são passíveis de inabilitação e desclassificação.

Expõe, ter a empresa PORTES & TRANIN alterado o capital social conforme a 3º Alteração Contratual, e deixado de apresentar dada alteração contratual junto ao CREA, logo, não atualizado a Certidão de Registro e Quitação da Pessoa Jurídica.

Narra, que o Edital licitatório em seu item “Qualificação técnica” fora claro quanto a necessidade da prova de **registro e quitação** de pessoa jurídica e do Responsável Técnico junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, e que, ainda, na própria certidão menciona que a mesma perderá a validade caso ocorra qualquer modificação posterior dos elementos cadastrais nela contidos.

Por fim, narra que a empresa PORTES & TRANIN **não apresentou as Notas Explicativas ao demonstrar seu Balanço Patrimonial, exigido no item “1.17” do edital licitatório**, o que, por força da Resolução CFC 1255/2009, a apresentação de notas explicativas se torna obrigatória.

III. 2 - ECOMIG GESTÃO DE RESÍDUOS LTDA:

Em suma, também alegou ter a empresa PORTES & TRANIN alterado o capital social conforme a 3º Alteração Contratual, e deixado de apresentar dada alteração junto ao CREA, logo, não atualizado a Certidão de Registro e Quitação da Pessoa Jurídica.

Narrou, que o Edital licitatório também em seu item “Qualificação técnica” fora claro quanto a necessidade da prova de registro e quitação de pessoa jurídica e do Responsável Técnico junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, e que, ainda, na própria certidão menciona que a mesma perderá a validade caso ocorra qualquer modificação posterior dos elementos cadastrais nela contidos.

Assim, que diante da documentação inválida da licitante PORTES & TRANIN – EPP, que seja declarada INABILITADA do presente certame.

São os fatos!

IV – DAS CONTRARRAZÕES:

Bem. Com o habitual respeito à essa r. ilustre Comissão Permanente de Licitações e ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal, mostraremos abaixo que, embora o “todo alegado” pelas licitantes acima, suas alegações foram genéricas, falaciosas e claramente adaptadas aos “fatos” que melhor

lhe convém, e apenas demonstrando a distorção dos fatos na tentativa de induzir essa r. Comissão ao erro, que culminaria na inabilitação indevida de um licitante que cumpriu todas as exigências estabelecidas no instrumento convocatório, e na legislação vigente. Vejamos.

IV.1 – DA CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO DA PESSOA JURÍDICA – CREA:

Antes de mais nada, é forçoso novamente trazer à baila o que Fernanda Marinela¹, no seu curso de Direito Administrativo, diz acerca do princípio da vinculação ao instrumento convocatório. Vejamos:

"O princípio da vinculação ao instrumento convocatório leva à assertiva de que o edital é a lei interna da licitação".

Por oportuno, também na percepção de Diógenes Gasparini, o princípio de vinculação ao instrumento convocatório, submete tanto a Administração Pública licitante como os interessados na licitação, os proponentes, **à rigorosa observância dos termos e condições do edital.**

Ora, tem-se que o princípio da vinculação ao instrumento convocatório é corolário do princípio da legalidade e da objetividade das determinações habilitatórias. Impõe à Administração e ao licitante a observância das normas estabelecidas no Edital de forma objetiva.

Em regra, é o edital que deve definir tudo que é importante para o certame, NÃO PODENDO O ADMINISTRADOR EXIGIR NEM MAIS NEM MENOS DO QUE ESTÁ PREVISTO NELE. Por essa razão, é que a doutrina diz que o edital é lei interna da licitação, ficando a ele estritamente vinculada, conforme previsto no art. 41 da lei 8.666/98, e ainda, conforme o que fora decidido no Acórdão 1705/2003 Plenário.

Nesse sentido, verifica-se que a exigência da CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO DA PESSOA JURÍDICA – CREA no Edital objetivou a comprovação de registro na entidade profissional correlata para garantir a contratação de empresa apta a execução do objeto licitado, nos termos e limitações do inciso I, art. 30, da Lei 8.666/93.

Sob o prisma da interpretação preconizada, vislumbra-se que a finalidade precípua da exigência fora alcançada pela licitante PORTES & TRANIN, visto que o documento apresentado está **válido e possibilitou aferir a segurança da existência de registro, e ainda, sua quitação perante o CREA-MG, sendo certo que a complementação do capital social não**

1 (MARINELA DE SOUSA SANTOS, Fernanda. Direito Administrativo. Salvador: JusPODIVM, 2006, p. 264.)

caracteriza prejuízo na aptidão técnica de uma futura contratação, sendo irrelevante tal formalismo para a configuração do atendimento da exigência almejada pelo Edital.

A propósito, a própria Constituição da República de 1988, assevera no inciso XXI, do seu art. 37, que somente serão permitidas as exigências indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Ademais, a comprovação do capital social e demais elementos cadastrais da empresa fora realizada mediante a apresentação do contrato social devidamente registrado na Junta Comercial, conforme exigência também contida no item VI - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO - HABILITAÇÃO JURÍDICA – ITEM 1.2.

Sem olvidar dos princípios da isonomia e da segurança jurídica, considerando a busca constante pelo atendimento ao interesse público, destaca-se o princípio do formalismo moderado, cujo conteúdo deve prevalecer sobre o formalismo extremo em que o rigorismo desnecessário colide com a finalidade em detrimento dos princípios da razoabilidade, da proporcionalidade, da economicidade e do interesse público.

O Tribunal de Contas da União tem posicionamento nesse sentido conforme o Sumário do Acórdão 357- 7/2015 Plenário. Vejamos:

"No curso de procedimentos licitatórios, a Administração Pública deve pautar-se pelo princípio do formalismo moderado, que prescreve a adoção de formas simples e suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados, promovendo, assim, a prevalência do conteúdo sobre o formalismo extremo, respeitadas, ainda, as praxes essenciais à proteção das prerrogativas dos administrados".

O Acórdão 11907/2011, TCU – 2ª Câmara, também apresenta o entendimento de se "evitar a desclassificação das propostas, visando a atender ao princípio do formalismo moderado e da obtenção da proposta mais vantajosa à Administração, sem ferir a isonomia entre os partícipes e a competitividade do certame".

Salienta-se, ainda, a manifestação do Supremo Tribunal Federal em Recurso Ordinário em Mandado de Segurança nº 23.714-1, em 5 de setembro de 2000, DF, Relator Min. Sepúlveda Pertence, que:

"Se a irregularidade praticada pela licitante vencedora, que não atendeu à formalidade prevista no edital licitatório, não lhe trouxe vantagem nem implicou prejuízo para os demais participantes, bem como se o vício apontado não interferiu no julgamento objetivo das propostas, não se vislumbrando ofensa aos demais princípios exigíveis na atuação da Administração Pública, correta é a adjudicação do objeto da licitação à licitante que ofereceu a proposta mais vantajosa, em prestígio do interesse público, escopo da atividade administrativa".

De posse, assim, das fundamentações aqui trazidas para essa r. Comissão de Licitação, acrescente-se também, que, no acórdão nº 352/2010 - Plenário, o Tribunal de Contas da União – TCU, **DECIDIU-SE PELO INDEFERIMENTO DE UM RECURSO QUE REQUERIA INABILITAÇÃO DE UMA EMPRESA, SOB A ALEGAÇÃO DE QUE ESSA DESCUMPRIU O INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO POR TER APRESENTADO A CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA INVÁLIDA CONTENDO INFORMAÇÕES DESATUALIZADAS DA LICITANTE, NO QUE CONCERNE AO CAPITAL SOCIAL**, conforme se transcreve, *ipsis litteris*:

"Cuidam os autos da Representação interposta pelo Consórcio Trends – CMC, composto pelas empresas Trends Engenharia e Infraestrutura Ltda., com sede em São Paulo, e China National Machinery Import & Export Corporation – CMC, empresa chinesa sediada em Beijing, contra a Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU, relativamente à Concorrência Internacional n. 004/2009-Delic-AC/CBTU, promovida com vistas à contratação de serviços de fornecimento de oito Veículos Leves Sobre Trilhos – VLTs, para a Superintendência de Trens Urbanos de Maceió – CBTU/STU-MAC (fls. 01/09). 2. Extraio as principais ponderações consignadas no expediente encaminhado a esta Corte: 2.1. após análise dos documentos de habilitação pela Comissão de Licitação, em 23/11/2009, foram consideradas habilitadas as duas empresas presentes na ata de abertura, Consórcio Trends – CMC e a empresa Bom Sinal Indústria e Comércio Ltda.; 2.2 o Consórcio Trends – CMC apresentou razões recursais, por entender descumprido o instrumento convocatório, uma vez que se exigia o registro ou inscrição na entidade profissional competente (item 6.1.4 do Edital), mas a empresa Bom Sinal Indústria e Comércio Ltda. ofereceu Certidão de Registro e Quitação de Pessoa Jurídica inválida emitida pelo Crea/CE, pois continha informações desatualizadas da licitante, no que concerne ao capital e ao objeto social; 2.3. após examinar as contrarrazões da empresa Bom Sinal Ind. e Comércio Ltda., a Comissão de Licitação da CBTU resolveu manter a habilitação da aludida firma, ao fundamento de que a Certidão do CREA não tem o fito de comprovação de capital social ou do objeto da empresa licitante, o que é realizado mediante a apresentação do contrato social devidamente registrado na Junta Comercial, órgão governamental responsável pelo arquivamento desses instrumentos; 2.4. com o procedimento adotado, foi frontalmente atingido o princípio da isonomia, previsto em nossa Constituição Federal, no artigo 37, inciso XXI, vedando o estabelecimento de condições que impliquem preferência em favor de determinados licitantes em detrimento dos demais; 2.5. também foi violada a norma jurídica que determina a vinculação ao instrumento convocatório, pois a Comissão de Licitação habilitou proponente que apresentou documento técnico em desacordo com as normas reguladoras da profissão, sendo, portanto, inválido, não tendo o condão de produzir qualquer efeito no mundo jurídico; 2.6. demais disso, a firma retromencionada descumpriu as exigências dos subitens 6.4.2 e 6.4.3 do instrumento convocatório, relacionados à qualificação técnica, visto que a licitante não comprovou ter experiência em VLTs "EM OPERAÇÃO", considerando que o Sistema de Cariri, invocado pela empresa Bom Sinal, não havia começado a operar, ainda. 3. Ao final do seu expediente, a Representante requer a este Tribunal seja determinada a suspensão da Concorrência Internacional n. 004/2009, com a devida apuração dos fatos descritos e caracterizados no presente processo (fl. 09).

4. A 9ª Secex, ao instruir os autos, assim se manifesta, mediante a instrução de fls. 236/239: 4. ANÁLISE DO PEDIDO 4.1 Conforme estabelece o art. 276 do Regimento Interno/TCU, o Relator poderá, em caso de urgência, de fundado receio de grave lesão ao Erário ou a direito alheio ou de risco de ineficácia da decisão de mérito, de ofício ou mediante provocação, adotar medida cautelar, determinando a suspensão do procedimento impugnado, até que o Tribunal julgue o mérito da questão. Tal providência deverá ser adotada quando presentes os pressupostos do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*. 4.2 Consoante apontado pela Representante, comparando-se o teor da certidão do Crea/CE para a empresa Bom Sinal Indústria e Comércio Ltda. (fl. 33), expedida em 05/03/2009, com as informações que constam na 18ª Alteração e Consolidação de Contrato Social da aludida empresa, datada de 30/07/2009 (fls. 64/69), verifica-se que, efetivamente, há divergências nos dados referentes ao capital social e objeto. 4.3 Em relação ao capital social, a certidão do Crea/CE registra o valor de R\$ 4.644.000,00, enquanto no Contrato Social da Bom Tempo o valor desse mesmo item subiu para R\$ 9.000.000,00, em razão da alteração verificada posteriormente. 4.4 No tocante ao segundo ponto, também há diferenças, principalmente porque, no Contrato Social da supramencionada empresa, foi acrescentado, no campo referente ao objeto, o seguinte trecho: 'fabricação de veículos ferroviários ou sobre pneus para transporte de passageiros ou cargas, bem como, sua manutenção, assistência técnica e também a sua operação'. **4.5 Consideramos, contudo, que esse fato não poderia ensejar a desclassificação da empresa Bom Sinal Indústria e Comércio Ltda., visto que, em relação à questão suscitada pela Representante, o edital da Concorrência Internacional n. 004/2009-Delic-AC/CBTU (fls. 202/226) limitou-se a exigir dos interessados, no seu subitem 6.4.1, o registro ou inscrição na entidade profissional competente, conforme prevê o disposto no art. 30, inciso I, da Lei n. 8.666/1993.** 4.6 **Ocorre que, não obstante a observação contida na certidão do Crea/CE apresentada pela Bom Sinal, quanto à perda de sua validade caso ocorresse qualquer modificação nos dados cadastrais nela contidos, tal documento deixa patente o registro da licitante na entidade profissional competente, conforme exigência prevista no edital e na Lei n. 8.666/1993.** 4.7 **Assim, apesar do procedimento licitatório ser caracterizado como ato administrativo formal (art. 4º, parágrafo único, da Lei n. 8.666/1993), a Comissão de Licitação não poderia se valer da questão apontada pela Representante para desclassificar sua oponente, pois, nesse caso, estaria infringindo os princípios de razoabilidade e proporcionalidade, mencionados no caput do art. 2º da Lei n. 9.784/1999, e contrariando o interesse público de buscar a proposta mais vantajosa para a Administração, uma vez que o certame ficaria restrito apenas a uma concorrente.(...) "**

Do exposto, e conforme entendimento doutrinário, as exigências para o fim de habilitação devem ser compatíveis com o objeto da licitação, evitando-se, dessa maneira, o formalismo desnecessário. Caberia até, por parte dessa r. Comissão da licitação promover diligência destinada a esclarecer a questão, acerca do documento questionado, o que não configuraria irregularidade, qualquer que fosse a resposta obtida.

Tem-se que o edital não constitui um fim em si mesmo. Trata-se de instrumento para a consecução das finalidades do certame licitatório, que são assegurar a contratação da proposta mais vantajosa e a igualdade de oportunidade de participação dos interessados, de acordo com os

ditames do art. 3º, caput, da Lei 8.666/1993. Assim, a interpretação e aplicação das regras nele estabelecidas deve sempre ter por norte o atingimento das finalidades da licitação, evitando-se o apego a formalismos exagerados, irrelevantes ou desarrazoados, que não contribuem para os objetivos já expostos pela Lei 8.666/1993. O formalismo moderado configura ponderação entre o princípio da eficiência e o da segurança jurídica, ostentando importante função no cumprimento dos objetivos já descritos no art. 3º da lei das licitações, quais sejam, a busca da proposta mais vantajosa para a Administração, garantia da isonomia e promoção do desenvolvimento nacional sustentável, **conforme já se posicionou o TCU no acórdão 357/2015 – Plenário.**

R. Comissão da Licitação. A licitante PORTES & TRANIN apresentou sua Certidão de Registro e Quitação de Pessoa Jurídica emitida em 08/04/2022 e com vencimento em 31/03/2023 pelo CREA/MG, devidamente validada, mesmo não tendo sido solicitadas diligências para tanto!

Frente ao exposto, convém salientar novamente que o valor do capital social constante na 3ª Alteração Contratual da licitante PORTES & TRANIN é diverso do objeto deste certame, sendo certo que, a divergência do capital social existente entre a 3ª Alteração Contratual do Contrato Social e a Certidão de Registro e Quitação de Pessoa Jurídica **NÃO CARACTERIZA PREJUÍZO NA APTIDÃO TÉCNICA DA LICITANTE. SALIENTE-SE QUE O CAPITAL SOCIAL DA EMPRESA NÃO DEVE SER ANALISADO NA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DA EMPRESA, TODAVIA INTERFERE NA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA FINANCEIRA DA MESMA!**

Indubitável, portanto, que não se trata de informação indispensável, ou seja, não há que se falar em erro que culmine na inabilitação do licitante.

A propósito, é **INDISPENSÁVEL** também aqui colacionar que aludida solicitação no edital acerca da **CERTIDÃO DE QUITAÇÃO DA PESSOA JURÍDICA junto ao CREA, É ILEGAL!**

Ora, conforme se extrai do Acórdão 2472/2019 Primeira Câmara (Representação, Relator Ministro-Substituto Augusto Sherman), **"É ilegal a exigência de prova de quitação com o Crea para fins de habilitação, pois art. 30, inciso I, da Lei 8.666/1993 exige apenas o registro na entidade. O disposto no art. 69 da Lei 5.194/1966, que regulamenta o exercício dos profissionais de engenharia, não pode prevalecer diante do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, nem da própria Lei 8.666/1993 (norma geral)".**

E, para que ainda não parem dúvidas acerca da ilegalidade apontada, o nosso r. TCEMG, também assim entendeu. Vejamos:



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS



DENÚNCIA N. 969444

Denunciante: TWO Macarrão Eventos Eireli - EPP
Denunciada: Prefeitura Municipal de Tupaciguara
Referência: Pregão Presencial N. 001/2016
Responsáveis: Silvio Batista Barbosa e Edilamar Novais Borges
Procurador(es): Francielle Delfino Prudente, OAB/MG 161.937

MPTC: Glaydson Santo Soprani Massaria
RELATOR: CONSELHEIRO JOSÉ ALVES VIANA

EMENTA

DENÚNCIA. PREFEITURA MUNICIPAL. PREGÃO PRESENCIAL. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA. ILEGALIDADE NA ADOÇÃO DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO “MENOR PREÇO GLOBAL”. EXIGÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE “QUITAÇÃO” JUNTO A ENTIDADES PROFISSIONAIS NA FASE DE HABILITAÇÃO E DE ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO DA LICITANTE NA FASE DE HABILITAÇÃO. TRATAMENTO NÃO ISONÔMICO ÀS MICROEMPRESAS LICITANTES. APLICAÇÃO DE MULTA.

1) A opção pelo critério de julgamento “menor preço global” sem a devida motivação na fase interna do certame, em razão de o objeto conter atividades distintas, não atende ao disposto no §1º do artigo 23 da Lei Federal n. 8666/93.

2) A exigência de comprovação de “quitação” junto a entidades profissionais, na fase de habilitação, contraria a previsão contida no artigo 30, inciso I, da Lei de Licitações.

3) A exigência de alvará de funcionamento da licitante na fase de habilitação não encontra amparo nos artigos 27 a 31 da Lei de Licitações.

4) Foi conferido tratamento não isonômico às microempresas que apresentaram documento de regularidade fiscal vencido, concedendo-se prazo para uma e não concedendo para outra.

5) A exigência no edital de apresentação de atestado de visita técnica no envelope junto com a proposta é inapropriada e constitui falha formal, pois tal comprovação diz respeito à fase de habilitação e está prevista no artigo 30, inciso III, da Lei de Licitações.

A REGULARIDADE NO PAGAMENTO DE ANUIDADE DIZ RESPEITO AO CONSELHO PROFISSIONAL E ÀS SOCIEDADES EMPRESÁRIAS REGISTRADAS. NÃO CABE, PORTANTO, ESSA R. ADMINISTRAÇÃO AVIAR MEDIDA NO SENTIDO DE COMPELIR A ADIMPLÊNCIA DAS SOCIEDADES EMPRESÁRIAS JUNTO AO CREA OU CAU. APENAS O CONSELHO PROFISSIONAL POSSUI COMPETÊNCIA PARA TANTO!

A Lei nº 8.666/93 estabelece em seu art. 30, inciso I, exigir a comprovação de registro ou inscrição na entidade profissional competente como requisito da qualificação técnica. **Isso não se confunde, todavia, com a exigibilidade de comprovação de quitação de anuidade, taxa e outros emolumentos por parte da sociedade empresária perante a entidade profissional.**

MUITO ESTANHO, MUITO ESTRANHO MESMO TAL PEDIDO EM UM R. PROCESSO LICITATÓRIO!

O acórdão 2272-35/11 fora categórico quanto a este tema. Vejamos:

Acórdão 2272-35/11 – Plenário – Relator: Ministro Augusto Sherman Cavalcanti – Sessão de 24/08/2011

“Desse modo, a exigência de quitação perante esta entidade transpõe aquilo que exige o legislador, o que acaba por restringir, além do devido, a participação de potenciais licitantes, circunstância que vai de encontro ao princípio da competitividade previsto no art. 3º, §1º, inciso I, da Lei de Licitações, pelo que **reconheço a irregularidade apontada neste tópico.**” Denúncia 862426; Sessão do dia: 24/07/12 Relator: Cons. Cláudio Terrão.

“Nota-se, portanto, que solicitação de comprovação de regularidade perante a entidade profissional competente via quitação de suas anuidades não constitui elemento hábil para verificar se a empresa possui condições indispensáveis ao cumprimento de suas obrigações e, portanto, não pode ser exigida para fins de habilitação.

Assim sendo, entendo que não é pertinente a exigência de comprovante de quitação da anuidade prevista no item 11.5 “a” do edital.” Denúncia 777163. Sessão do Pleno do dia 15/04/2009. Relator Eduardo Carone Costa.

Conclui-se que a verificação da regularidade no pagamento de anuidades é competência do Conselho Profissional correspondente, o qual, contudo, não pode transformar a competência para expedir certidões de registro ou inscrição em meio coercitivo de cobrança de débitos de anuidades dos profissionais.

Antes ao todo exposto, e aduzidas as razões acima que balizaram a presente Impugnação neste tópico, requer **a licitante PORTES & TRANIN PELA PERMANÊNCIA DE SUA HABILITAÇÃO** no tocante ao processo licitatório em questão.

IV.2 – DA NÃO EXIGÊNCIA NO EDITAL DE NOTAS EXPLICATIVAS:

R. ilustre Comissão Permanente de Licitações, o ato convocatório, nos itens de 1.17 a 1.21, assim exigiu:

“1.17 - Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, devidamente registrado na Junta Comercial, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

1.17.1 - As empresas recém constituídas que não completaram um exercício financeiro deverão apresentar Balanço de constituição, assinado por profissional legalmente habilitado.

1.17.2 - O balanço patrimonial e as demonstrações contábeis, se encerrados há mais de três meses da data da apresentação da proposta, poderão ser atualizados segundo a variação do INPC/IBGE entre a data de encerramento do balanço e a data de apresentação da proposta.

1.18 - Considerar-se-á comprovada a boa situação financeira da Licitante, desde que a mesma apresente o seguinte índice: ILC (Índice de Liquidez Corrente) e ILG. (Índice de Liquidez Geral)

maior ou igual a 1,0 que serão obtidos pela aplicação da seguinte fórmula: $ILC = (AC/PC)$; $ILG = (AC+RLP) / (PC + ELP)$, ONDE: AC = Ativo Circulante; PC = Passivo Circulante; RLP = Realizável em Longo Prazo; ELP = Exigível em Longo Prazo.

1.19 - O Capital social ou valor de patrimônio líquido da empresa licitante deverá ser no mínimo 10% do valor total orçado na planilha, conforme preconiza o artigo 31, §§ 2º e 3º da Lei Federal 8.666/93.

1.20 - Declaração sob as penas da Lei, de que cumprem os requisitos legais para a qualificação como microempresas ou empresas de pequeno porte, estando aptas a usufruir o tratamento favorecido estabelecido no Capítulo V – Seção Única daquela Lei Complementar conforme ANEXO X;

1.21 - Modelo da relação de pessoal disponível para prestação dos serviços - ANEXO V."

Bem. Embora a Resolução nº 1.418/2012, do Conselho Federal de Contabilidade, que aprova a ITG 1000 – que estabelece critérios e procedimentos simplificados a serem observados pelas entidades definidas e abrangidas pela NBC TG 1000 estabeleça que as Notas Explicativas devem ser elaboradas ao final de cada exercício social, fato é que, **NÃO FORA EXIGIDO NO PRESENTE EDITAL!**

Ao analisar o edital de convocação, deve ser levado em conta a finalidade da exigência ali fixada. Verifica-se, que para aferição da qualificação econômica e financeira, nos termos do item 1.18 do edital, esta pode ser comprovada apenas com os índices de ATIVO e PASSIVO constantes no balanço patrimonial e na Demonstração Contábil da licitante em que fora apresentado os índices: ILC (Índice de Liquidez Corrente) e ILG. (Índice de Liquidez Geral), obtidos pela aplicação da fórmula: $ILC = (AC/PC)$; $ILG = (AC+RLP) / (PC + ELP)$, ONDE: AC = Ativo Circulante; PC = Passivo Circulante; RLP = Realizável em Longo Prazo; ELP.

O nosso r. STJ tem admitido a demonstração da capacidade econômico-financeira dos licitantes até mesmo por outros documentos além do balanço patrimonial, conforme se verifica no julgado:

"RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. EDITAL. ALEGATIVA DE VIOLAÇÃO AOS ARTIGOS 27, III E 31, I, DA LEI 8666/93. NÃO COMETIMENTO. REQUISITO DE COMPROVAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO- FINANCEIRA CUMPRIDA DE ACORDO COM A EXIGÊNCIA DO EDITAL. RECURSO DESPROVIDO.

1. A comprovação de qualificação econômico-financeira das empresas licitantes PODE ser aferida mediante a apresentação de outros documentos. A Lei de Licitações não obriga a Administração a exigir, especificamente, para o cumprimento do referido requisito, que seja apresentado o balanço patrimonial e demonstrações contábeis, relativo ao último exercício social previsto na lei de licitações (art. 31, inciso I), para fins de habilitação.

2. *In casu*, a capacidade econômico-financeira foi comprovada por meio da apresentação da Certidão de Registro Cadastral e certidões de falência e concordata pela empresa vencedora do Certame em conformidade com o exigido pelo Edital.

3. Sem amparo jurídico a pretensão da recorrente de ser obrigatória a apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, por expressa previsão legal. Na verdade, não existe obrigação legal a exigir que os concorrentes esgotem todos os incisos do artigo 31, da Lei 8666/93.

4. A impetrante, outrossim, não impugnou as exigências do edital e acatou, sem qualquer protesto, a habilitação de todas as concorrentes.

5. Impossível, pelo efeito da preclusão, insurgir-se após o julgamento das propostas, contra as regras da licitação.

6. Recurso improvido.

(Primeira Turma. Recurso Especial n. 402.711/SP. Relator: Ministro José Delgado. Julgado em 11 jun. 2002, DJ 19 ago. 2002, p. 145)"

O art. 31, agora §1º a 5º da Lei de Licitações, que de forma didática, ensina a finalidade das exigências dos demonstrativos e seus limites, vejamos:

*"Art. 31. A documentação relativa à qualificação econômico-financeira limitar-se-á a:
[...]"*

§ 1º A exigência de índices LIMITAR-SE-Á À DEMONSTRAÇÃO DA CAPACIDADE FINANCEIRA do licitante com vistas aos compromissos que terá que assumir caso lhe seja adjudicado o contrato, vedada a exigência de valores mínimos de faturamento anterior, índices de rentabilidade ou lucratividade.

[...]"

§ 5º A comprovação de boa situação financeira da empresa será feita de forma objetiva, através do cálculo de índices contábeis previstos no edital e devidamente justificados no processo administrativo da licitação que tenha dado início ao certame licitatório, vedada a exigência de índices e valores não usualmente adotados para correta avaliação de situação financeira suficiente ao cumprimento das obrigações decorrentes da licitação."

Da mesma forma, deliberou o Tribunal de Contas da União – TCU. Vejamos:

"De acordo com o art. 31, § 1º, da Lei n.º 8.666/1993, A EXIGÊNCIA DE ÍNDICES LIMITAR-SE-Á À DEMONSTRAÇÃO DA CAPACIDADE FINANCEIRA DO LICITANTE com vistas aos compromissos que terá que assumir caso lhe seja adjudicado o contrato. Assim, os índices exigidos devem ser razoáveis e guardar conformidade com o vulto da obra ou serviço licitado. Acórdão 1917/2003 Plenário."

Embora no edital conste a exigência de apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei como forma de comprovação da qualificação econômico-financeira, é certo que para a finalidade do edital, **TORNA-SE DESNECESSÁRIA A APRESENTAÇÃO DAS NOTAS EXPLICATIVAS**, pois bastam os índices constantes no demonstrativo apresentado para que demonstrem a boa saúde financeira da empresa, que visa, nos termos da lei, aferir se a licitante terá capacidade de executar o objeto, em virtude dos custos inerentes ao contrato. Foi o que assim o fez!

O TCU, através do r. acórdão 357/2015-Plenário, assim orientou:

"No curso de procedimentos licitatórios, a Administração Pública deve pautar-se pelo princípio do formalismo moderado, que prescreve a adoção de formas simples e suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados, promovendo, assim, a prevalência do conteúdo sobre o formalismo extremo, respeitadas, ainda, as praxes essenciais à proteção das prerrogativas dos administrados."

O caso em tela não se trata de ultraje às regras estabelecidas no Edital de convocação, nem mesmo à lei de licitações. Muito pelo contrário! É a busca pela proposta mais vantajosa para a

PORTES & TRANIN LTDA. - EPP

CNPJ: 17.273.742/0001-93

administração pautada no formalismo moderado, apresentando-se como a melhor solução a ser tomada pelo intérprete a partir de um conflito de princípios.

Diante do caso concreto, a fim de melhor viabilizar a concretização do interesse público, pode o princípio da legalidade estrita ser afastado frente a outros princípios. (Acórdão 119/2016 - Plenário).

Em suma, e para que também não parem dúvidas acerca do aqui alegado, têm assim entendido os nossos r. Tribunais. Vejamos:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. MANDADO DE SEGURANÇA. INDEFERIMENTO DO PLEITO LIMINAR DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO. CONCORRÊNCIA TENDO POR OBJETO CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS PARA OBRA DE IMPLANTAÇÃO DE REDE COLETORA DE ESGOTO. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO – FINANCEIRA. **INABILITAÇÃO POR NÃO APRESENTAR NOTAS EXPLICATIVAS. EXIGÊNCIA NÃO PREVISTA EM EDITAL. ILEGALIDADE. VIOLAÇÃO AOS PRINCÍPIOS DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO, DA PROPORCIONALIDADE E DA RAZOABILIDADE. PRESENÇA DOS REQUISITOS AUTORIZADORES À CONCESSÃO DA LIMINAR (FUNDAMENTO RELEVANTE E PERICULUM IN MORA). REFORMA DA DECISÃO AGRAVADA.RECURSO PROVIDO.** (TJPR - 4ª C. Cível - XXXXX-73.2020.8.16.0000 - Marechal Cândido Rondon - Rel.: Desembargador Abraham Lincoln Calixto - J. 01.06.2020)

REEXAME NECESSÁRIO. MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. CONCORRÊNCIA, TENDO POR OBJETO CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS PARA OBRA DE IMPLANTAÇÃO DE REDE COLETORA DE ESGOTO. **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA. INABILITAÇÃO PELA NÃO APRESENTAÇÃO DE NOTAS EXPLICATIVAS. EXIGÊNCIA NÃO PREVISTA EM EDITAL. ILEGALIDADE. VIOLAÇÃO AOS PRINCÍPIOS DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO, DA PROPORCIONALIDADE E DA RAZOABILIDADE. LESÃO A DIREITO LÍQUIDO E CERTO CONFIGURADA.SENTENÇA CONFIRMADA EM SEDE DE REEXAME NECESSÁRIO.** (TJPR - 4ª C. Cível - XXXXX-41.2020.8.16.0112 - Marechal Cândido Rondon - Rel.: Desembargador Abraham Lincoln Calixto - J. 08.03.2021)

ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA LICITAÇÃO. **EMPRESA INABILITADA POR NÃO APRESENTAR NOTAS EXEMPLIFICATIVAS A FIM DE COMPROVAR O BALANÇO PATRIMONIAL. PROVIDÊNCIA NÃO EXIGIDA NO EDITAL. DESOBEDIÊNCIA, POR PARTE DA ADMINISTRAÇÃO, AO PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO. INCLUSÃO DA IMPETRANTE NO CERTAME QUE SE IMPÕE. SENTENÇA DE CONCESSÃO DA ORDEM MANTIDA. REMESSA DESPROVIDA.** Em não havendo disposição no edital acerca da obrigatoriedade de apresentação de notas exemplificativas a fim de comprovar o balanço patrimonial, a manutenção da impetrante no certame é medida que se impõe, pois "o princípio da vinculação ao instrumento convocatório obriga a Administração a respeitar estritamente as regras que haja previamente estabelecido para disciplinar o certame, como, aliás, está consignado no art. 41 da Lei 8.666 (MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de

Direito Administrativo. 28ª ed. São Paulo: Malheiros Editora, 2010, p. 542) (RN n. 0300995-26.2015.8.24.0080, rel. Des. Francisco Oliveira Neto, j. 17-05-2016).

REEXAME NECESSÁRIO. MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO NA MODALIDADE CONCORRÊNCIA. **INABILITAÇÃO DA EMPRESA LICITANTE POR AUSÊNCIA DE APRESENTAÇÃO DE 'NOTAS EXPLICATIVAS' JUNTAMENTE COM A DEMONSTRAÇÃO CONTÁBIL E BALANÇO PATRIMONIAL. AUSÊNCIA DE PREVISÃO EDITALÍCIA. OFENSA AO PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO. SENTENÇA CONCESSIVA DA ORDEM MANTIDA. REMESSA DESPROVIDA. "(...) o princípio da vinculação ao instrumento convocatório obriga a Administração a respeitar estritamente as regras que haja previamente estabelecido para disciplinar o certame, como, aliás, está consignado no art. 41 da Lei 8.666"** (MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo. 28ª ed. São Paulo: Malheiros Editora, 2010, p. 542). (TJSC, Reexame Necessário n. 0301006-55.2015.8.24.0080, de Xanxerê, rel. Des. Edeimar Gruber, Quarta Câmara de Direito Público, j. 08-09-2016)

MANDADO DE SEGURANÇA. PROCESSO LICITATÓRIO. SOLICITAÇÃO DE DOCUMENTO CONSIDERADA INDEVIDA. RECONSIDERAÇÃO ADMINISTRATIVA. PERDA DE OBJETO NO PONTO. ALEGADA INOBSERVÂNCIA QUANTO À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA. INOCORRÊNCIA. PRETENDIDA INABILITAÇÃO DE ENTIDADE CONCORRENTE POR INVOCADA IRREGULARIDADE NA PUBLICAÇÃO DE SUAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS COM NOTAS EXPLICATIVAS. FALTA DE EXIGÊNCIA EDITALÍCIA A RESPEITO. DESCABIMENTO. ORDEM DENEGADA. I. Tendo havido, por parte do órgão público licitante, reconsideração quanto a documento exigido, dada a insurgência da parte impetrante, tal matéria prescinde de apreciação na via judicial, pois restou prejudicada por superveniente perda de objeto. II. Não se desnuda factível concluir que a qualificação técnica deixou de ser considerada pelo edital, eis que nele está expressamente referida. **III. "Em não havendo disposição no edital acerca da obrigatoriedade de apresentação de notas exemplificativas a fim de comprovar o balanço patrimonial, a manutenção da impetrante no certame é medida que se impõe, pois 'o princípio da vinculação ao instrumento convocatório obriga a Administração a respeitar estritamente as regras que haja previamente estabelecido para disciplinar o certame, como, aliás, está consignado no art. 41 da Lei 8.666'** (MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo. 28ª ed. São Paulo: Malheiros Editora, 2010, p. 542)". (TJSC - Reexame Necessário n. 0300995-26.2015.8.24.0080, rel. Des. Francisco Oliveira Neto, j. em 17.5.2016). (TJSC, Mandado de Segurança n. 0305028-31.2018.8.24.0023, da Capital, rel. João Henrique Blasi, Segunda Câmara de Direito Público, j. 28-05-2019).

TJRS:

Ementa: APELAÇÃO CÍVEL. MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. INABILITAÇÃO DE CONCORRENTE PELA NÃO-COMPROVAÇÃO DE IMPLEMENTO DE EXIGÊNCIA PREVISTA NO EDITAL. CAPACIDADE ECONOMICO-FINANCEIRA DA LICITANTE. NÃO-APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTO EXIGIDO PELO DECRETO ESTADUAL N.º 36.601/96. ILEGALIDADE NÃO-CONFIGURADA. A capacidade financeira dos licitantes faz-se pela apresentação do Balanço Patrimonial do último exercício social acompanhado de comprovante da transcrição dele no Livro Diário devidamente registrado na Junta Comercial do Estado. Não se mostra descabida a exigência constante no Edital acerca de Notas Explicativas referentes às Demonstrações Contábeis submetidas à prova da capacidade financeira do licitante, visto que estas servem justamente para esclarecimentos da situação patrimonial e dos resultados do exercício financeiro. RECURSO DESPROVIDO. (Apelação e Reexame Necessário, N.º 70012300158, Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Arno Werlang, Julgado em: 03-10-2007). Grifou-se

PORTES & TRANIN LTDA. - EPP

CNPJ: 17.273.742/0001-93

EM NÃO HAVENDO DISPOSIÇÃO NO EDITAL ACERCA DA OBRIGATORIEDADE DE APRESENTAÇÃO DE NOTAS EXEMPLIFICATIVAS A FIM DE COMPROVAR O BALANÇO PATRIMONIAL, TEM-SE QUE MANUTENÇÃO DA LICITANTE PORTES & TRANIN NO CERTAME É MEDIDA QUE SE IMPÕE, POIS O PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO OBRIGA A ADMINISTRAÇÃO A RESPEITAR ESTRITAMENTE AS REGRAS QUE HAJA PREVIAMENTE ESTABELECIDO PARA DISCIPLINAR O CERTAME, COMO, ALIÁS, ESTÁ CONSIGNADO NO ART. 41 DA LEI 8.666.

Assim, e ante o exposto, aduzidas as razões acima que balizaram a presente Impugnação neste tópico, requer **a licitante PORTES & TRANIN PELA PERMANÊNCIA DE SUA HABILITAÇÃO** no tocante ao processo licitatório em questão.

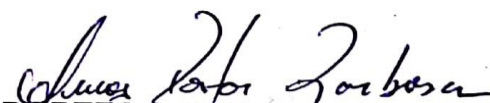
V – DO PEDIDO:

Aduzidas as razões que balizaram a presente Impugnação, com supedâneo na Lei Federal nº. 8.666/93 e suas posteriores alterações, bem como as demais legislações vigentes, a empresa PORTES & TRANIN LTDA, requer **a PERMANÊNCIA DE SUA HABILITAÇÃO** no tocante ao processo licitatório em questão.

Informa, outrossim, que na hipótese, ainda que remota, de sua INABILITAÇÃO, com base nas alegações apresentadas, esta licitante não terá outra alternativa, senão recorrer ao r. Tribunal de Contas deste Estado de Minas Gerais, bem como ao r. Poder Judiciário para satisfação dos seus direitos.

Nestes termos,
Pede o deferimento.

De Carangola/MG para Divino/MG, 13 de outubro de 2022.



Lucas Portes Barbosa
CPF: 063.455.516-27
PORTES & TRANIN LTDA – EPP